

3.3 Características Institucionais

Não é intenção deste perfil realizar uma avaliação da Capacidade Institucional do município para ser um co-gestor da Orla, mas apenas tecer breve comentário a cerca do que percebeu-se durante as visitas e entrevistas e, dessa forma, contribuir para um enfoque mais amplo durante a elaboração do Plano de Intervenção do Projeto Orla.

Observou-se que o município sofre com um problema comum a quase todos os municípios brasileiros: a carência de recursos humanos qualificados, a falta de investimentos na formação e desenvolvimento de quadros institucionais locais, além da baixa remuneração que provoca a evasão do quadro técnico, motivada pela busca de melhores condições de trabalho e renda em centros urbanos maiores e mais próximos. Ao longo do tempo, estabeleceu-se a cultura de, aparentemente, suprir essa deficiência com os chamados cargos comissionados. Sabe-se, contudo, que a administração pública precisa garantir uma continuidade nas ações, independentemente das mudanças no cenário político local e para isso necessita fomentar a criação de um quadro técnico permanente.

Os possíveis cenários para a orla de São José da Coroa Grande dependem da continuidade, monitoramento, aperfeiçoamento e estruturação da escolha política atual e de seus instrumentos operacionais. O grande desafio, é a preparação e estruturação de quadros locais, incluindo aí, a sociedade civil organizada e os movimentos populares, que dêem prosseguimento ao núcleo conceitual de uma gestão moderna que se deseja, sustentável.

Percebeu-se de modo geral durante os contatos e entrevistas, apesar da boa vontade apresentada, uma baixa qualificação dos servidores públicos. Característica que deve se refletir em boa parte dos 526 funcionários existentes na administração direta (422 são estatutários).

A ausência de servidores capacitados associado à descontinuidade provocada pelas mudanças no cenário político é quase crônica e motivo crucial da ausência de ações de planejamento continuado e de monitoramento das políticas públicas, particularmente, em um município com bases culturais enraizadas na secular cultura canavieira. Isto expõe a orla, de forma mais vulnerável, às pressões e fatos da vida real (pressões imobiliárias, ocupações desordenadas, falta de educação ambiental, etc.) que ocorrem numa velocidade muitas vezes incompatível com a velocidade das ações públicas de planejamento, fiscalização e controle.

3.3.1 Estrutura Organizacional

O município possui uma estrutura organizacional conservadora, composta pelas seguintes secretarias:

Secretária de Planejamento;

Secretaria Administrativa e Financeira;

Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente;

Secretaria de Obras;

Secretaria de Saúde;

Secretaria de Turismo;

Secretaria de Educação;

Secretaria de Ação Social.

Conforme observou-se os temas de meio ambiente, pesca e agricultura estão localizados numa mesma secretaria o que a princípio, configura um conflito de interesses intra e inter-institucional que pesa para o meio ambiente, particularmente, na questão relativa aos usos e ocupação do solo.

Apesar da consulta e participação da população não fazer parte do modelo de organização institucional vigente, o município dispõe de alguns fóruns de participação popular, a exemplo do COMDEMA, que embora esteja legalmente instituído, encontra-se inoperante.

3.3.2 Instrumentos Normativos e Legais para Governabilidade

Apesar de não possuir quadros técnicos suficientes, o município é dotado de alguns instrumentos que facilitariam as atividades de fiscalização e controle caso venham a ser aplicados efetivamente.

Verificou-se a existência de Lei Orgânica Municipal; Plano Plurianual de Investimentos (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamento Anual (LOA), além dos seguintes instrumentos de gestão urbana: Código de Obras; Código de Posturas; Código de Vigilância Sanitária e Lei de Perímetro Urbano.

3.3.3 Finanças Municipais

Observa-se através da análise dos dados constantes na **Tabela 20A** que o município tem procurado melhorar a arrecadação nos últimos anos, mas ainda é totalmente dependente dos repasses e transferências de recursos estaduais e federais.

Tabela 20A – FPM e Repasse de ICMS				
FPM		Coeficiente	Transferência	
	1997	1,0	1.550.459,41	
	1998		1.553.589,85	
	1999		1.856.979,88	
	2000		2.153.657,42	
ICMS		Arrecadação	Tranferência (Cota Parte)	Participação(%) do Município no Total do Estado
	1994	64.669,00		0.009
	1995	33.697,11		0.003
	1996	88.785,62		0.006
	1997	100.237,66	327.726,97	0.006
	1998	64.041,15	289.114,48	0.004
	1999	136.142,18	318.734,86	
	2000	154.522,44	374.241,04	

Fonte: SEFAZ/PE

Obs. Variação Nominal da Arrecadação ICMS 98/97: -36.1 %. Diferença entre Arrecadação/Cota Parte(98): -225.073,33